

UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL SOBRE A EXCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU NEURODIVERGÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.

- Emília do Nascimento Zanin, Júlia Esteves Bicalho de Almeida, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), sem financiamento, emilia.n.zanin@unesp.br, julia.esteves@unesp.br

Eixo temático 5: Inclusão Educacional

AN ANALYSIS THROUGH HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY ON THE EXCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND/OR NEURODIVERGENCE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT.

Resumo:

Populações estigmatizadas como perigosas, incapacitadas ou doentes foram segregadas ao longo dos anos em hospitais, prisões e manicômios com o objetivo de repressão e exclusão dessas minorias sociais. Tal processo histórico teve um impacto direto na constituição de formas de tratamento capacitistas e psicofóbicas sobre pessoas com deficiência e neurodiversas, o que interfere na convivência e inclusão desses indivíduos em sociedade. Entre esses ambientes, podemos citar como destaque as escolas, que possuem papel fundamental para o processo de humanização e constituição psíquica dos sujeitos. Nesse sentido, quando a escola reproduz lógicas de segregação com jovens com deficiência ou neurodivergentes, esta impacta diretamente no processo de subjetivação, aprendizagem e o vínculo social dos alunos. Em vista disso, a reflexão sobre o processo histórico de exclusão dessa minoria social é importante para o entendimento das atuais barreiras que se enfrentam no ambiente escolar para inclusão e educação dessa população, sendo que tais fatores possuem ligação direta com a manutenção do capitalismo. Este trabalho busca produzir essa reflexão sobre os modelos educacionais para pessoas neurodivergentes e/ou com deficiência a partir dos princípios da psicologia histórico-cultural, especificamente da teoria da “Defectologia” de Vigotski.

Palavras-Chave: Neurodivergência, Psicologia Histórico-Cultural, Educação

Abstract:

Populations stigmatized as dangerous, disabled or sick have been segregated over the years in hospitals, prisons and asylums with the aim of repressing and excluding these social minorities. This historical process had a direct impact on the creation of ableist and psychophobic forms of treatment of people with disabilities and neurodiverse people, which interferes with the coexistence and inclusion of these individuals in society. Among these environments, we can highlight schools, which play a fundamental role in the process of humanization and psychic constitution of subjects. In this sense, when the school reproduces logics of segregation with young people with disabilities or neurodivergent people, this directly impacts the process of subjectivation, learning and the social bond of students. In view of this, reflection on the historical process of exclusion of this social minority is important for understanding the current barriers that are faced in the school environment for the inclusion and education of this population, and such factors have a direct link with the maintenance of capitalism. This work seeks to produce this reflection on educational models for neurodivergent and/or disabled

people based on the principles of historical-cultural psychology, specifically Vygotsky's theory "Defectology".

Keywords: Neurodivergence, Historical-Cultural Psychology, Education

1. INTRODUÇÃO

Em seu artigo sobre neurodiversidade, as autoras Alencar, Barbosa e Gomes (2021) fazem uma discussão histórica sobre a exclusão de pessoas neurodivergentes dentro dos ambientes educacionais. Elas relacionam a falta de políticas e modelos de ensino voltados para a inclusão desse grupo social nas escolas, ao processo de segregação e exclusão da população com deficiências / neurodiversas em manicômios e hospitais psiquiátricos devido ao seu comportamento, considerado "anormal" e "patológico" pelas políticas higienistas que se estruturaram no século XIX.

A internação de pessoas consideradas "doentes", "loucas", ou "perigosas" nas instituições manicomiais, tem como função o controle e a exclusão do que é julgado como desviante do padrão normativo imposto na sociedade capitalista (Foucault, 2012 apud Alencar; Barbosa; Gomes, 2021). É perceptível que devidas noções constantemente se manifestam em diversas teorias educacionais e psicológicas sobre pessoas com deficiência e/ou neurodiversas, visto que historicamente buscou-se construir modelos de "tratamento" de tais comportamentos, a fim de corrigir e anular ditas "anormalidades" (Ferreira, 2018).

Entretanto, a partir do século XX, começam a surgir linhas de pensamento que objetivam constituir uma visão diferenciada dos métodos empregados hegemonicamente. Dentro desse contexto, pode-se destacar a autora Judy Singer, que recebe os créditos pelo termo da neurodiversidade (Donvan e Zucker, 2009 apud Alencar; Barbosa; Gomes, 2021). Ela objetivou romper com as estigmatizações construídas pelos modelos biomédicos e psiquiátricos vigentes, a partir da construção de um saber que propôs compreender as diferenciações neurológicas dentro de seus próprios processos.

Em um outro polo, na psicologia histórico-cultural, pode-se citar o psicólogo soviético Vigotski, que construiu uma nova concepção acerca da deficiência, denominando dentro da sua teoria essa área de estudo como "Defectologia". Para Vigotski, o desenvolvimento da criança com deficiência não deveria ser compreendido de uma forma quantitativamente diferente das crianças sem deficiência, mas qualitativamente diferente (Marques, 2022). Tal fato se comprova na sua teoria pelo entendimento do desenvolvimento e constituição psíquica ocorrerem por meio da complexificação das estruturas, de forma a transicionar de um aparato biológico para

um aparato regido por leis sócio-históricas (Vigotski, 2000), por meio da transformação das funções psicológicas naturais para as culturais (superiores).

De acordo com Friedrich (2012), todas as funções psíquicas superiores surgem com o auxílio de instrumentos psicológicos e se constituem como fenômenos psíquicos mediatizados por estes. Os instrumentos psicológicos são definidos como todos os objetos artificiais (constituídos pela atividade humana) capazes de alterar a psique, no sentido de mediar uma ação, pois ele afeta o processo biológico, conduzindo sua tarefa ao impor uma construção artificial a função natural. Essas construções artificiais se referem aos signos da cultura, como a linguagem, escrita, arte, ciência, entre outros objetos materiais que podem vir a atuar como um signo.

Então, os processos psíquicos do sujeito espontaneamente mobilizados serão orientados por um instrumento psicológico, transformando o que é constituído biologicamente em cultural, ou seja, é a passagem da função psicológica natural para a superior (Friedrich, 2012). Dessa forma, o meio vai ter grande influência na expressão genética e comportamental do indivíduo, podendo potencializar ou limitar certas ações, assim como estimular o desenvolvimento de novas estruturas e funções. Esse processo ocorre através da atividade humana na realidade, em um movimento dialético de apropriação-objetivação dos signos culturais, mediados pela relação social entre os sujeitos (Martins, 2013).

Graças a interiorização dos signos através desse movimento dialético, a atividade mental se desprende da atividade objetiva externa ao longo do desenvolvimento, se tornando um processo intrapsicológico. Isso pois as funções psicológicas primeiro desenvolvem-se no plano social, ou seja, intersubjetivamente, e através da relação entre os sujeitos são mediados para tornarem-se processos internos, ou seja, intrapsíquicos (Martins, 2013). Nesta perspectiva, a educação e o ensino são indispensáveis para a formação das pessoas, pois o ambiente escolar proporciona um espaço propício para a mediação qualitativa da apropriação-objetivação dos signos culturais humano genéricos, para a complexificação das funções psicológicas superiores dos estudantes.

Ou seja, os elementos envolvidos no desenvolvimento psíquico são os mesmos, contudo cada sujeito apresentaria dificuldades dentro de seus próprios processos de desenvolvimento. Por isso, a defectologia se propunha a trabalhar com as potencialidades das crianças com deficiências, visto que seu desenvolvimento não se limitará a sua constituição biológica (Váldes, 20002 apud Marques, 2022). Esse aparato teórico da psicologia histórico-cultural é importante para a reflexão sobre modelos educacionais que busquem ser inclusivos e rompam com lógicas hegemônicas capacitistas e psicofóbicas.

No texto, “Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e Da Psicologia Sócio-histórica” de Meira (2003), a autora discute a importância da compreensão acerca dos modelos educacionais para a leitura sobre o desempenho de cada aluno. A psicóloga (Meira, 2003) destaca como o meio escolar culpabiliza os alunos pelas suas dificuldades, justificando o problema a partir de certas características individuais, como por exemplo sua condição física e mental. Nesse sentido, a constituição do sistema de exclusão de estudantes com deficiência e/ou neurodivergentes ao ambiente escolar, se relaciona diretamente com formas de aprendizagem estigmatizantes, inclusive afirmados por discursos científicos, como por exemplo, a própria psicologia (Meira, 2003).

Ademais, deve-se também correlacionar os fatores expostos até o momento, com as estruturas de opressão geradas pelo sistema capitalista a fim de garantir sua produção e reprodução. Como exposto, por Ferreira (2018), dentro do atual sistema político-socioeconômico, modelos pedagógicos são criados objetivando eliminar comportamentos desviantes, exatamente para docilizar e moldar os corpos em uma lógica de funcionamento produtivista.

A partir da exposição até o momento, este trabalho objetiva refletir e analisar os mecanismos históricos, sociais, culturais e políticos que constituem a exclusão social de pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes dentro da educação, gerando impactos para efetivação de políticas inclusivas na atualidade.

2. METODOLOGIA:

Este trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica, portanto foi realizado por meio da análise sobre a bibliografia escolhida, que aborda acerca da dimensão histórica do conceito de neurodivergência, dentro do campo da psicologia em diálogo com a educação.

As categorias de análise levantadas para a escolha bibliográfica foram textos que abordaram:

1. O processo histórico de exclusão desse grupo social e impactos atuais com a educação;
2. Reflexão sobre teorias e modelos psicopedagógicos associado ao desenvolvimento de pessoas neurodivergentes/ com deficiências;
3. Textos para análise do material com referencial teórico da psicologia histórico-cultural.

Foram examinados principalmente os aspectos sociais, históricos, políticos e teóricos que influenciam as possibilidades e/ou empecilhos de inclusão de pessoas com deficiência e/ou

neurodivergentes no ambiente escolar. A análise dos conteúdos utilizou-se de referencial teórico a psicologia histórico-cultural.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Termo Neurodiversidade

Primeiramente, é preciso contextualizar o que é a neurodiversidade. Esse termo foi ressignificado pela socióloga australiana Judy Singer (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021), em sua tese de doutorado na década de 90, após sua filha ser diagnosticada com o transtorno de espectro autista. Isso fez a socióloga compreender a existência do transtorno nas mulheres de sua família, já que tanto ela quanto sua mãe possuíam comportamentos similares aos da filha (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

A neurodiversidade já era uma expressão empregada para se referir especificamente a pessoas com transtorno de espectro autista (Donvan e Zucker, 2009 apud Alencar; Barbosa; Gomes, 2021), contudo, Singer ampliou a definição da palavra ao utilizá-la para designar pessoas cujo funcionamento neural não se encaixava no padrão de “normalidade” da época. A socióloga foi influenciada por movimentos sociais e políticos da década de 80 (como LGBTQIAPN+ e feminista) que abordavam sobre o conceito de diversidade, para construir uma concepção acerca das diferenças neurológicas, que fosse capaz de abordá-las como variações dentro das características humanas (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

A fundamentação teórica de Singer foi essencial para o fortalecimento e construção da neurodiversidade como um movimento social e político de luta e defesa pelos direitos de pessoas neurodivergentes. Tendo em vista essa definição, são classificadas como pessoas neurodivergentes sujeitos diagnosticados com transtornos de: déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), superdotação (SD), alta hiperatividade (AH), espectro autista, pessoas com transtornos cognitivos (por exemplo a dislexia) e pessoas com deficiências intelectuais e mentais (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

O movimento da neurodiversidade busca estimular a autonomia e independência desses grupos sociais, respeitando a subjetividade de cada pessoa, além de combater as concepções nosológicas de diagnóstico e tratamento psiquiátrico/biomédico do paradigma dominante. Com isso, o objetivo de Singer a partir da neurodiversidade era compreender os sujeitos dentro de seus próprios aspectos neurológicos e psicológicos, sem a normatividade de um tratamento para a correção de seu funcionamento psíquico ou comportamento social (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021). A partir dessa contextualização sobre neurodiversidade é preciso realizar uma revisão

histórica, sobre os processos de exclusão e patologização da população com deficiência e neurodivergente, para compreender as reverberações desses processos na atualidade.

3.2 Constituição histórica da exclusão social de pessoas com deficiência e neurodivergentes

A exclusão e silenciamento de pessoas com deficiência e neurodivergentes advêm, como dito anteriormente, de um processo histórico cuja influência na atualidade possui marcas de manifestações que ocorriam desde a antiguidade clássica grega. Marques (2022) cita que pessoas com deficiências eram tratadas como inferiores na Grécia antiga, sendo que muitos filósofos defendiam o sacrifício das pessoas com deficiência para a manutenção do ideal de perfeição física e mental pregado na sociedade.

De acordo com a autora supracitada, na idade média tais convicções mantiveram-se presentes, contudo, sob uma nova forma de manifestação. A religião cristã constituiu uma visão assistencialista sobre a população com deficiência e neurodivergente, reconhecendo estes sujeitos como “alguém com alma” e com “direito à vida”. Contudo, não houve uma mudança na forma de tratamento social, pois esses indivíduos continuavam a ser silenciados e inferiorizados, negados ao convívio em sociedade (Marques, 2022). Foi a partir da revolução industrial com o iluminismo e desenvolvimento de novos saberes científicos, como a medicina, que se acendeu o interesse pelo entendimento das deficiências, por meio do estudo do corpo humano, no âmbito de compreender sua fisiologia e funcionalidade.

O estudo sobre o corpo vai buscar definir quais seriam os comportamentos normais e quais seriam anormais, com base na classificação do que era considerado patológico de acordo com a identificação de “anormalidades orgânicas” (Marques, 2022). Nesta conjuntura, um psiquiatra relevante para o século XVIII, chamado Pinel, inicia estudos sociais com pessoas tidas como “loucas” no objetivo de entender quais eram os fatores que causariam seu adoecimento, acreditando que a solução seria a exclusão dessas pessoas da sociedade e dos fatores que as estariam conflitando.

Fundamentado nesse dado, o psiquiatra cria as instituições que mais tarde foram conhecidas como manicômios, onde se inicia o processo de segregação e internação de pessoas diagnosticadas como “doentes”, “loucas” e “perigosas, no objetivo de institucionalização, ou seja, de docilização do corpo com deficiência para que se possa intervir e controlá-lo (Foucault, 2001, apud Marques, 2022). A consequência direta foi uma negação do direito à vida e da

sociabilidade às pessoas vistas como doentes por causa de seu comportamento que foi patologizado:

“Retornando ao ponto da necessidade de recusa do status de doença a alguns quadros clínicos associados a comportamentos considerados “anormais” para os parâmetros da época, compreende-se que isso se deva, além da estigmatização, à implicação do diagnóstico médico na possibilidade de obliteração do livre arbítrio, liberdade e cidadania do sujeito.” (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021, p. 2.130)

O movimento higienista do século XIX justificava o afastamento dessas pessoas da sociedade a partir de uma estigmatização sob qualquer comportamento que fugisse do padrão estabelecido. Contudo, muitas pesquisas atestam a inexistência de diagnósticos consolidados sobre as condições mentais dos internos em sanatórios e manicômios. Ou seja, eram internadas as pessoas que se desejava excluir da sociedade de acordo com os interesses da burguesia como, por exemplo, aconteceu em Minas Gerais com o sanatório Barbacena:

“Esse local abrigava, em sua maioria, pessoas que tinham sido internadas à força e 70% dessas não tinham, sequer, diagnóstico de doença mental, deficiência e/ou transtorno específico do desenvolvimento ou da aprendizagem. Nesse ambiente, localizado em uma serra, estrategicamente distante da cidade, eram encaminhadas pessoas que, por motivos diversos, eram discriminadas na convivência social: sujeitos com epilepsia, alcoólatras, membros da comunidade LGBTQIA+ e pessoas que se posicionavam contra o governo ou que se tornavam incômodas para alguém com mais poder.” (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021, p.2131).

O viés patológico construído pelo meio psiquiátrico sobre pessoas que fugiam do padrão, entre elas sujeitos neurodivergentes e com deficiência, faz parte da herança de um tratamento institucional com o objetivo de controle e repressão sobre as diversidades, que reduz as pessoas a seus distúrbios, as transformando em problemas que necessitam de uma correção. Tal relação teve um impacto sobre a formação da educação para pessoas neurodivergentes, mantendo-se baseada em taxonomias e nosologias estabelecidas pelos meios hospitalares e psiquiátricos.

3.3 Repercussões na educação para pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes

Nas escolas, dentre as diversas correntes de pensamento que influenciaram o ensino de crianças com deficiência e/ou neurodivergentes pode-se citar o Behaviorismo de Jhon Watson (Marques, 2022). A educação, dentro desse horizonte teórico, baseava-se na disciplinarização

dos alunos neurodivergentes e com deficiência, através do condicionamento de seu comportamento, por meio de um conjunto de exercícios de repetição, visando dessa forma corrigir aquilo que era considerável indesejável (Marques, 2022). Tais exercícios se fundamentavam nos resultados dos testes psicológicos aplicados nos alunos, que também possuíam uma visão behaviorista sobre o desenvolvimento humano.

Existe uma problemática dentro desse método de avaliação das capacidades e potencialidades de alunos com deficiência e/ou neurodivergentes, que pode ser relacionada com as noções abordadas por Meira (2003) acerca dos testes psicológicos aplicados nas escolas. O método utilizado por psicólogos para o diagnóstico de crianças e adolescentes que não se encaixam nos modelos escolares graças a seu comportamento se baseia, para a psicóloga, na falta de aptidões. Ou seja, se baseiam naquilo que o jovem erra, ou no que não se apropriou ou desenvolveu, desconsiderando o contexto em que o estudante está inserido, que permite ou não ter acesso aos recursos para seu aprendizado.

Afinal, a inteligência está associada às possibilidades de apropriação dos sujeitos dentro dos seus contextos históricos e sociais (Meira, 2003). Dessa forma, uma criança não é mais inteligente que a outra naturalmente, mas ela teve possibilidades de apropriação de objetivações culturais que outras crianças não tiveram. Sendo assim, o desenvolvimento de crianças com e sem deficiência é referente as condições materiais que o sujeito possui para se apropriar da realidade.

Quando os testes psicológicos desconsideram esses fatores materiais do desenvolvimento, eles acabam por naturalizar aquilo que é construído socialmente no sujeito, colocando aptidões como características genéticas e inatas (Meira, 2003). Então, de acordo com os referidos testes, os indivíduos possuem naturalmente certas características e potencialidades que são capazes de serem medidas a partir de padrões pré-estabelecidos. Contudo, não se deve limitar a análise ao aparato biológico, pois como explicitado por Meira (2003), o objeto de avaliação não é o aluno, mas os métodos de ensino e aprendizagem. É preciso usar os dados para compreender a dinâmica e os processos que geraram a dificuldade de aprendizado, ao invés de usá-los para justificar essa culpabilização no aluno (Meira, 2003).

Outro exemplo de tratamento estigmatizante sobre crianças com deficiência e/ ou neurodivergentes, seria a terapia ABA formulada por Loovas nos anos 50 que usava formas de ensino consideradas por Ferreira (2018) como violentas e agressivas para as crianças, já que incluía eletrochoques e agressões físicas. Nesse sentido, o método “condicionava crianças, como se condiciona cães em adestramento, a se comportarem como crianças neurotípicas” (Ferreira, 2018, p.12). Dessa forma, os tratamentos tinham por objetivo acabar com as

singularidades e individualidades de pessoas neurodivergentes, tirando sua autonomia e liberdade de expressão, assim como era feito em manicômios e hospitais, pela imposição de um padrão a ser seguido.

“A ABA é utilizada ainda na maioria dos países, inclusive no Brasil, e seus atuais defensores alegam que o período de “reforços negativos” ficou no passado, mas a verdade é que o objetivo da ABA segue sendo o mesmo: fazer com que a criança pareça ser menos autista. Ao invés de ser apenas uma ferramenta de suporte para desafios cotidianos, a busca é centrada no modelo médico - e esse modelo, teórica e legalmente, já foi banido do país, assim como em outros, quando o Brasil ratificou e alçou ao status de norma constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.” (Ferreira, 2018, p.12)

A educação do século XX, como discutido por Ferreira (2018) em seu livro, seguia a lógica de adaptação dos indivíduos aos meios educacionais, sustentados por discursos científicos da psicologia e psiquiatria. A falta de flexibilização de metodologias dentro das instituições educacionais as torna excludentes, visto que a adaptação é feita sobre os alunos e não sobre a estrutura escolar e formas de ensino. Além disso, Alencar, Barbosa e Gomes (2021) citam o fato de que a diferença era considerada pelas escolas e educadores como um fator negativo, e que atrapalharia a educação de crianças neurotípicas.

Nesse contexto, as escolas com educação especial sugiram para o ensino, baseado em metodologias específicas, para crianças com deficiência (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021). Contudo, como destacado por essas autoras, as escolas especiais não cumpriam com seu objetivo educativo, na verdade, elas eram espaços de segregação e tratamento terapêutico dos jovens. Isso é perceptível ao se observar que as instituições especializadas geralmente eram anexadas a hospitais psiquiátricos, sendo que a maior parte do trabalho era realizado por profissionais da saúde. Ademais, muitos destes consideravam que não era necessário ou possível o processo de aprendizagem das crianças com deficiência e/ou neurodivergentes (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021). Esses espaços perpetuavam formas de segregação com crianças com deficiência e/ou neurodivergentes, gerando impactos no seu processo de socialização e desenvolvimento, já que lhes era impossibilitado o acesso à educação e contato social, pela sua diferença.

Observa-se a partir dessa afirmação como o processo de segregação manicomial, afirmado pelo discurso biomédico psiquiátrico, provocou marcas dentro da educação de forma incapacitar e desumanizar sujeitos com deficiência e/ou neurodivergentes. A concepção sobre o “idiotismo”, criado por Pinel no século XIX para categorizar crianças com deficiência e/ou

neurodivergentes (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021), a qual considerava o quadro diagnóstico irreversível, e cuja única forma de cura seria a disciplinarização hospitalar, se manifesta sobre outras formas ao longo da história, como foi dentro da criação da educação especial.

3.4 Contribuições da Defectologia: uma nova perspectiva

A crítica sobre a educação para pessoas com deficiência e/ou neurodivergência começa a ganhar mais força nos anos 60, a partir do questionamento da sociedade sobre esses sistemas educacionais, iniciando um movimento na ciência de repensar sobre as deficiências e neurodiversidades (Alencar. Barbosa e Gomes, 2021; Marques, 2022; Ferreira, 2018). Dentro dessas novas concepções e estudos, pode-se destacar os fundamentos da psicologia histórico-cultural, em especificidade sobre a Defectologia de Vigotski na União Soviética (Marques, 2022; Shima, 2007).

Como exposto por Shima (2007), é importante contextualizar o surgimento da “Defectologia”. Com a revolução de outubro de 1917, a União Soviética buscava constituir uma nova noção de ser humano, isso implicava também em formar novos modelos científicos e educacionais, que fossem capazes de mudar a mentalidade estruturada pela sociedade burguesa (Shima, 2007). Nesse sentido, o surgimento da Educação Especial na União Soviética está associado com a formação de uma educação capaz de ser inclusiva, pelo reconhecimento da educabilidade da pessoa com deficiência e seu direito de viver em sociedade.

Por isso, a Defectologia de Vigotski se encontra diretamente vinculada a psicologia histórico-cultural e a formulação de novos modelos psicopedagógicos para pessoas com e sem deficiência, já que é a partir do trabalho que o psicólogo realizou com crianças com deficiência que ele pode traçar alguns pressupostos do desenvolvimento humano dentro da psicologia histórico-cultural (Shima, 2007).

Ademais, Vigotski é reconhecido como um dos fundadores da Educação Especial na União Soviética, a partir desses estudos efetuados com crianças consideradas atípicas. O psicólogo realizava o tratamento e diagnóstico das crianças por meio de uma análise meticulosa dos dados coletados, a partir das seguintes etapas:

“No modo de conhecer a criança com deficiência, Vigotski duvidava daquilo que se apresentava na aparência. Durante o exame clínico, buscava sempre a essência de cada caso, e sob a perspectiva integralizadora, fazendo uma análise meticulosa, profunda. Primeiro, realizava um estudo global: cada criança era examinada em detalhes por vários especialistas, como médicos, psicólogos e professores que, em geral, identificavam o nível de desenvolvimento real, ou seja, identificavam aquilo que a criança conseguia fazer por si mesma. Depois, ele fazia o seu próprio exame, falando com a criança, propondo-lhe várias tarefas, e fazendo-lhe perguntas. [...]Vigotski

ficava atento ao resultado de uma determinada tarefa, mas atentava-se ainda mais ao modo como a criança a solucionara, como se comportara e o que dissera no processo. Falava, ainda, com os pais da criança e, então, com os seus professores. Só depois de considerar todos os dados é que generalizava o material e elaborava conclusões.” (Shima, 2007, p. 210)

Portanto, pode-se definir a Defectologia de Vigotski como uma ciência psicológica que busca entender e estudar as crianças com deficiência dentro de suas potencialidades e capacidades (Marques, 2022). Vigotski rompeu com as concepções biologicistas e orgânicas sobre crianças com deficiência, mostrando que para compreender seu desenvolvimento e aprendizagem não bastavam as explicações reducionistas, isoladas e quantitativas de fatores físicos, psicológicos ou sociais. O desenvolvimento humano ocorre por um processo de apropriação e objetivação das características humano genéricas, mediadas através da educação, para pessoas com e sem deficiência, assim como para pessoas neurotípicas e neurodiversas.

A educação permite a mediação, por meio das relações sociais estabelecidas no meio, dos resultados produzidos pelo trabalho humano acumulado historicamente (Leontiev, 1978 apud Shima, 2007). Tal processo, de se apropriar das produções humano genéricas produz impactos no desenvolvimento das crianças, pois são essas trocas e contradições elaboradas no meio social que permitem a estruturação de funções psicológicas superiores, se forem apropriadas, objetivadas e internalizadas pelos sujeitos, num movimento que sai do intersíquico para o intrapsíquico (Marques, 2022).

Dentro desse contexto, Vigotski estipulou duas categorias que se relacionam de forma dialética para mapear o desenvolvimento e aprendizagem do ser humano: a Zona de Desenvolvimento Real, que seria o conhecimento já apropriado e acumulado pela pessoa e a Zona de Desenvolvimento Proximal, que se refere ao conhecimento que pode vir a ser apropriado pelo aluno, através da mediação de um adulto em uma fase do desenvolvimento qualitativamente superior, como um professor por exemplo. Conforme Marques:

“É também na ZDP que o impacto e importância da intervenção de um mediador ganha maior expressão, sendo que, no contexto de inclusão, o aluno com alguma limitação ou dificuldade pode ser auxiliado por seus pares, além do professor ou outro adulto em sala de aula.” (Marques, 2022, p.7)

Em conclusão, crianças com e sem deficiência podem se desenvolver em igual capacidade com as condições favoráveis sendo-lhes oferecidas. Com isso, não existe uma diferenciação quantitativa no desenvolvimento entre crianças com ou sem deficiência, mas sim qualitativa, como defendido por Marques (2022, p. 7): “Para Vygotsky, o neurobiólogo é transformado qualitativamente pela e na cultura, e, por conseguinte, a deficiência não pode ser

instituída como uma insuficiência, mas uma organização peculiar das funções psicológicas superiores”.

As concepções sustentadas pela psiquiatria higienista de que não existiria solução sobre a condição humana da pessoa com deficiência senão sua exclusão social é, dessa forma, contestada por Vigotski, ao estabelecer que o desenvolvimento psíquico do ser humano (tanto de pessoas com deficiência quanto sem deficiência) não se reduz a um crescimento quantitativo das funções orgânicas e psicológicas (Shima, 2007). A educação é capaz de provocar transformações de ordem cultural no aparelho psíquico, permitindo superar as limitações estabelecidas pela deficiência e/ou neurodiversidade. Também pode-se associar esse fato à neuroplasticidade cerebral, definida como:

“[...] a capacidade que o Sistema Nervoso tem de se reorganizar morfológicamente para absorver novos conteúdos e de se remodelar em função das múltiplas experiências sensoriais do sujeito, em virtude das necessidades e dos fatores sociais. Por outras palavras, sempre que é exposto a estímulos, o indivíduo se desenvolve e expande seu nível de inteligência. Cabe ao professor incentivar o aluno a aprender (motivação extrínseca), para que, mais confiante nas suas habilidades cognitivas, desenvolva motivação intrínseca para a aprendizagem” (Marques, 2022, p. 18)

A realidade material é capaz de alterar e afetar a realidade intrapsíquica, portanto a construção e desenvolvimento dos indivíduos não é algo fixado, e depende diretamente de sua sociabilização e cultura. Com isso, é possível concluir que a psicologia histórico-cultural, com os entendimentos acerca das deficiências por Vigotski, é capaz de trazer contribuições para a educação especial/inclusiva atualmente no Brasil, exatamente por estabelecer um olhar sobre crianças neuroatípicas e/ou com deficiência que não seja limitante ou estigmatizante.

É preciso pontuar que os estudos da Defectologia de Vigotski não abarcavam crianças com distúrbios neurológicos de aprendizagem, atualmente consideradas neurodivergentes, como pode ser definido por Shima (2007), exatamente pelas limitações científicas da época. Contudo, a autora ainda diz que é possível encontrar em Vigotski bases para a educação inclusiva atual, pois sua teoria é considerada por ela “a única fonte, teórica e metodologicamente, e a mais poderosa inspiração profissional para as gerações atuais” (Shima, 2007, p. 206).

3.5 Os impasses para a inclusividade na educação dentro do sistema capitalista

No contexto brasileiro, as emergências de mudanças dentro da educação para pessoas neuroatípicas e/ou com deficiência ganha destaque com a Declaração Salamanca em 1994, que relaciona a dificuldade de aprendizado a diversos fatores (sociais, físico, familiares, estruturais),

que ultrapassam as questões associadas às deficiências dos alunos (Unesco, 1994, apud Marques, 2022,). Portanto, torna-se necessária a criação de leis que permitam a inclusão de crianças no geral dentro do ambiente escolar.

Contudo, mesmo com a produção dessas leis no Brasil, para a inclusão de pessoas com deficiências e/ou neurodivergentes dentro das escolas, não houve uma mudança tanto estrutural quanto pedagógica para atender as necessidades dessas crianças nas instituições (Alencar; Barbosa e Gomes, 2021). Ou seja, a inclusão dessas crianças dentro do ambiente escolar continua a ser a partir de um modelo que não preconiza sua real inserção no espaço, o que dificulta a convivência, permanência na escola e a própria aprendizagem dos jovens, além de perpetuar a exclusão e segregação social sobre pessoas com deficiência e neurodiversas.

Os impasses e barreiras presentes na educação no quesito de acessibilidade das pessoas neurodivergentes e/ou com deficiências é associado a ideias e percepções capacitistas e psicofóbicas, que são sustentadas pelo sistema capitalista, afinal, este trabalha a partir da exclusão da alteridade e das diferenças. O Capacitismo é definido por Ferreira (2018) como uma forma de preconceito que, parte da retirada da capacidade de autonomia de pessoas com deficiência/neurodivergentes, além de criar estigmatizações sobre esse grupo social, baseadas nas concepções manicomialis, já exploradas neste trabalho.

Associado a isso, a educação burguesa preconiza modelos ideológicos que desvalorizam o próprio processo de educação (Shima, 2007). Observa-se pelo fato de o ensino oferecido aos estudantes ser baseado em atender as exigências necessárias para a sustentação do sistema capitalista, ou seja, uma educação para que os futuros adultos se encaixem no mercado de trabalho, não contestem e se conformem a exploração. Como destacado por Ferreira:

“O objetivo desse sistema é claro: criar mão de obra que atenda às necessidades do sistema político e social que adotamos, ou seja, o capitalismo. Todo o sistema de ensino contribui para isso, seja matando a criatividade das crianças, impondo disciplina e autoridade hierárquica como bases fundamentais, no estímulo da competitividade, ao invés da solidariedade e da colaboração, seja tentando encaixar todos os alunos em um único modelo padrão de ser humano.” (Ferreira, 2018, p. 41)

Em vista disso, a escola sob a lógica capitalista, é uma instituição que acaba por enfraquecer o processo de humanização e potencialização do desenvolvimento humano ao perpetuar junto da classe dominante seus pensamentos, preconceitos e formas de opressão sobre os estudantes e suas famílias. Os indivíduos que não atendem às exigências do capitalismo serão excluídos e inferiorizados, vistos como problemas passíveis de correção, como acontece e aconteceu ao longo da história com as pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes.

A exclusão das pessoas neurodivergentes dos ambientes escolares ocorre exatamente por estes serem considerados corpos improdutivos, e não uma possível fonte de lucro pela exploração da força de trabalho. Portanto, devem ser encaixados em padrões e formas de comportamento que permitam seu controle. Como refletido por Ferreira (2018), a inclusão não se reduz a criação de uma lei sem uma ação material que busque tornar o ambiente escolar um espaço acolhedor e que pregue pelo ensino. Posto isto, a luta pela diversidade também é uma luta contra o sistema, já que enquanto a educação servir aos interesses da burguesia, essa não será libertadora para a classe trabalhadora.

A visão sobre os alunos, o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, tanto com ou sem deficiência deve ser a partir de uma perspectiva que enxerga tanto o biológico, o psicológico e o social, com a integração desses fatores, direcionando um olhar para a criança enquanto um conjunto de partes em desenvolvimento e que está relacionado diretamente ao seu meio histórico-cultural, a sua classe social, como foi estabelecido por Vigotski.

Trata-se da busca de um olhar para o ser humano enquanto um processo histórico, formando uma nova concepção de sujeito, a qual direcione para um trabalho educador em busca da atividade social e política e que não siga a consciência alienante e individualista burguesa, mas que ligue os indivíduos às necessidades de suas sociedades (Shima, 2007).

4. CONCLUSÃO

Alterações podem ser feitas no ambiente escolar com o objetivo de permitir maior acessibilidade dentro das escolas e inclusividade a fim de quebrar as barreiras tanto físicas quanto atitudinais dentro das escolas, como propõe Ferreira (2018). Isso incluiria mudanças na estrutura escolar seja na sua constituição física, seja pela diversificação das metodologias pedagógicas dos professores para ampliar as formas de comunicação. Contudo, enquanto a educação não romper com as formas de opressão historicamente construída sobre a classe trabalhadora, especificamente aquela considerada improdutiva, a sociedade não será capaz de efetuar a inclusividade nos diversos ambientes.

O fator principal é que se deve formar uma educação crítica em relação aos preconceitos e formas de exploração do sistema capitalista. As adaptações dos ambientes escolares no âmbito de aumentar a acessibilidade, assim como uma preparação científica dos corpos docentes e comunidade escolar somente, não resolverão a questão da exclusão das pessoas neurodivergentes de espaços sociais, pois não irão contra o pensamento que faz a manutenção dessa exclusão.

É importante existir uma preparação técnica e física para que escolas recebam crianças neurodivergentes, mas também um estímulo ao pensamento crítico e discussões sobre questões de diversidades, desigualdades sociais, inclusividade desde a primeira infância em salas de aulas, com alunos, familiares, docentes e toda comunidade escolar, tendo ou não a presença de pessoas neurodivergentes (Alencar; Barbosa; Gomes 2021). Como dito anteriormente, a luta pela inclusão de pessoas neurodivergentes em escolas deve ter um viés anticapitalista, para que não se busque uma adaptação dos indivíduos ao seu meio social, mas sim uma transformação que gere a libertação e incentivo a diversidade sem os preceitos educativos capacitistas e piscofobicos.

5. REFERÊNCIAS:

DE ALENCAR, Helenira Fonseca; BARBOSA, Heloisa Fonseca; GOMES, Robéria Vieira Barreto. **Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar.** Escola em tempos de conexão, 2021, v.2, p. 2125-2142.

FERREIRA, Adriana Torres. **Autismo e Inclusão Escolar.** Belo Horizonte: 2018, 74 p.

FRIEDRICH, Janette. A idéia de instrumento psicológico. In: FRIEDRICH, Janette. **Lev Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento: uma leitura filosófica e epistemológica.** Tradução Anna Rachel Machado e Eliane Gouvêa Lousada. - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012, p. 25-36.

MARQUES, Stela. **Reflexões sobre os fundamentos epistemológicos da Educação na perspectiva da inclusão: do extermínio à compreensão da neurodiversidade.** Goiânia: Educativa-Revista de Educação, 2022, v. 24, p.1- 22.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013, 250 p.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e Da Psicologia Sócio-histórica. In: Meira, Marisa Eugênia Melillo. **Psicologia escolar: teorias críticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 13-69

SHIMA, Sonia. **A Educação Especial do Novo Homem Soviético e a Psicologia de L. S. Vigotski:** Implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais. Tese (doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007, 415 p.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. As raízes genéticas do pensamento e da linguagem. In: VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem.** Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 135-174.